

RECURSO ESPECIAL Nº 1.714.966 - SP (2017/0324761-3)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : **LUZIA DE PAULA COSTA**
ADVOGADO : **MARIANO JOSÉ DE SALVO E OUTRO(S) - SP195092**
RECORRIDO : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. OPÇÃO DE RECEBIMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DE ACORDO COM A RFFSA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA. RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por LUIZA DE PAULA COSTA, com fundamento no art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão prolatado pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (fls. 239/241):

PREVIDENCIÁRIO. COMPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO POR MORTE. EX-FERROVIÁRIO. PRELIMINARES AFASTADAS. LEI Nº 8.186/91. LEI Nº 10.478/02. EQUIPARAÇÃO COM OS FUNCIONÁRIOS DA ATIVA DA CPTM. IMPOSSIBILIDADE. PROVIMENTO À REMESSA OFICIAL E À APELAÇÃO DO INSS.

1. Deve ser reconhecida a legitimidade ad causam da União Federal, na condição de órgão pagador, e do INSS, como mantenedor dos aludidos pagamentos, na presente demanda, consoante jurisprudência firmada nesta Corte. Note-se que a CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos derivou de uma alteração do objeto social da então RFFSA, constituindo-se em sua subsidiária, na forma do Decreto n. 89.396/84, tendo esta sido posteriormente cindida pela Lei n. 8.693/93, originando a CPTM.

2. Em matéria previdenciária a decadência passou a ser contemplada no sentido do perecimento do direito de como se calcula a renda mensal inicial com o advento da MP 1.523-9/1997. Porém, embora seja razoável o decênio previsto na nova redação do art. 103 da Lei 8.213/1991, esse prazo decadencial tem de observar os benefícios concedidos antes do advento da MP 1.523-9/1997 (28/06/1997), quando então não havia lapso temporal expresso na legislação contemplando esse perecimento orientando o comportamento dos segurados.

3. O E. STJ pacificou entendimento no sentido de que o prazo decadencial para a revisão de benefícios concedidos anteriormente ao advento da MP 1.523/97 tem como termo inicial o dia da vigência da referida MP (28/06/1997),

4. Considerando que a demandante percebe pensão por morte, concedida a partir de 21/06/1996, e que a presente ação foi ajuizada em 09/08/2006, não se operou a decadência de seu direito de pleitear a complementação do benefício de que é titular.

5. No tocante à prescrição, anote-se que em eventual pagamento de diferenças integralizadas, deve ser observada a prescrição quinquenal das parcelas que antecedem o quinquênio contado do ajuizamento da ação.

6. A preliminar de falta de interesse confunde-se com o mérito, e como tal deve ser analisada.

7. Os ferroviários que se aposentaram até a edição do Decreto-lei n.º

956/69, quanto àqueles que foram admitidos até outubro de 1969, em face da superveniência da Lei n.º 8.186/91, sob qualquer regime, possuem direito à complementação da aposentadoria prevista no Decreto -Lei n.º 956/69, restando garantido o direito à complementação da aposentadoria ou equiparação com remuneração do pessoal da atividade da extinta RFFSA.

8. A Lei n.º 10.478/02 estendeu a complementação da aposentadoria aos ferroviários admitidos até 21 de maio de 1991, na mesma forma da Lei n.º 8.186/91.

9. Infundada a pretensão da parte autora de equiparação de vencimentos com o pessoal da ativa da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, sendo de rigor a improcedência do pedido, consoante disposições do artigo 27 da Lei 11.483/07 e do artigo 118 da Lei 10.233/01.

10. Em virtude de desligamento por demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do último empregado ativo oriundo da extinta RFFSA, os valores previstos no respectivo plano de cargos e salários passarão a ser reajustados pelos mesmos índices e com a mesma periodicidade que os benefícios do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, continuando a servir de referência para a paridade de remuneração prevista nas Leis 8.186/91 e 10.478/02.

11. Isenta a parte autora do pagamento de honorários advocatícios, por ser beneficiária da Justiça Gratuita.

12. Matérias preliminares rejeitadas. Provimento à remessa oficial e à apelação do INSS, para reformar a r. sentença e julgar improcedente o pedido.

Embargos rejeitados

O recorrente alega violação dos artigos 118 da Lei 10.233/2001, sob o argumento de que faz jus à declaração do direito à equiparação de sua remuneração de aposentadoria à remuneração do pessoal da ativa, ainda que tenha se aposentado pela CPTM para fins de fixação do benefício de complementação.

Sem contrarrazões oferecidas.

Juízo positivo de admissibilidade à fls. 308/309.

É o relatório. Passo a decidir.

Caso em que o recorrente se insurge contra acórdão que julgou procedente ação ordinária ajuizada pela União e o INSS, que entendeu como infundada a revisão da complementação da aposentadoria do autor com fundamento nas Leis n. 11.483/07 e 10.233/01, para assegurar o pagamento, a título de complementação de aposentadoria, de modo assegurar a paridade entre proventos e remuneração do pessoal em atividade na CPTM.

No mais, destaca-se do acórdão recorrido o seguinte trecho (fls. 229/235):

Trata-se de ação previdenciária ajuizada em face da União Federal e do INSS, objetivando a complementação de pensão por morte, decorrente de aposentadoria de ex-ferroviário, mediante equiparação com o pessoal em atividade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, bem como o pagamento de anuênio, nos termos do acordo coletivo firmado com a CPTM.

[...]

In casu, conforme CTPS, o "de cujus" foi admitido em 12/07/1938 na São Paulo Railway Co, encampada posteriormente pela Rede Ferroviária Federal S/A, para desempenhar a função de "bilheteiro", **aposentando-se em 31/08/1968 na função de Agente de Estação "A". A autora alega que percebe a complementação salarial, porém, o montante é resultado de tabela salarial fictícia da Rede Ferroviária Federal S/A, tendo direito à**

complementação de pensão por morte, decorrente de aposentadoria de ex-ferroviário, mediante equiparação com o pessoal em atividade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM.

[...]

In casu, considerando que a demandante percebe pensão por morte, concedida a partir de 21/06/1996 (fls. 20), e que a presente ação foi ajuizada em 09/08/2006, não se operou a decadência de seu direito de pleitear a complementação do benefício de que é titular.

A relação jurídica inserida nos autos entre a RFFSA e seus empregados decorre da Lei 8.186/91 e da Lei 10.478/02.

Na espécie, cumpre destacar o disposto nos artigos 1º, 2º e 6º da Lei 8.186/91, in verbis:

[...]

Como se observa, os ferroviários que se aposentaram até a edição do Decreto-lei n.º 956/69, quanto àqueles que foram admitidos até outubro de 1969, em face da superveniência da Lei n.º 8.186/91, sob qualquer regime, possuem direito à complementação da aposentadoria prevista no Decreto-Lei n.º 956/69, restando garantido o direito à complementação da aposentadoria ou equiparação com remuneração do pessoal da atividade da extinta RFFSA.

A Lei n.º 10.478/02 estendeu a complementação da aposentadoria aos ferroviários admitidos até 21 de maio de 1991, na mesma forma da Lei n.º 8.186/91.

Deste modo, restou garantido o direito à complementação da aposentadoria ou equiparação com remuneração do pessoal da atividade da extinta RFFSA.

Com efeito, infundada a pretensão da parte autora de equiparação de vencimentos com o pessoal da ativa da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, sendo de rigor a improcedência do pedido, consoante disposições do artigo 27 da Lei 11.483/07 e do artigo 118 da Lei 10.233/01.

[...] (grifei)

Anota-se que a situação que se assemelha ao caso dos autos, inclusive com o mesmo patrono, o Superior Tribunal de Justiça firmou compreensão de que a alteração das conclusões firmadas no voto condutor, para reconhecer "o direito de obter a complementação de aposentadoria com base nas tabelas salariais da CPTM (integrava a CBTU até a cisão parcial com base na Lei Federal n. 8.693/93), tal como sustentado pelo recorrente, encontra óbice no teor da Súmula 7/STJ.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. OPÇÃO DE RECEBIMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DE ACORDO COM A RFFSA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DEMONSTRAÇÃO DE SIMILITUDE FÁTICA. NECESSIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA.

II – In casu, rever o entendimento do tribunal de origem, que consignou que o Recorrente **firmou termo de opção, declarando consentir em receber a complementação de aposentadoria de acordo com as regras da RFFSA, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula**

n. 7/STJ.

V – Agravo Interno improvido. (AgInt no REsp 1604771/RS, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 6/10/2016)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. EX-FERROVIÁRIO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LEI Nº 8.186/1991. TABELA DA RFFSA. TRENSURB. OPÇÃO DO APOSENTADO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

2. O Tribunal de origem, ao analisar o presente caso, com base no conjunto fático-probatório, concluiu que **o agravante firmou termo de opção em que expressamente declara estar de acordo em receber a complementação de aposentadoria tendo como referência a tabela salarial da RFFSA.**

3. Deste modo, rever a decisão do Tribunal de origem, demandaria o necessário revolvimento de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do constante na Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1.628.827/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 13/3/2017)

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator